

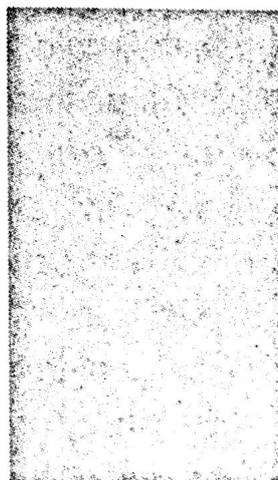


Og Natal Menon ()*

***Educação em Sorocaba:
de 1728 à 1920 (**)***

(*) Professor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade de Sorocaba - UNISO. Doutorando em História pela PUC - SP.

(**) Este artigo é continuação do texto publicado no número anterior.



RESUMO

A educação escolarizada em Sorocaba estava destinada à elite, que lhe atribuía pouca importância. Tal situação começou a ser alterada em virtude dos surtos de crescimento urbano ocorridos especialmente no final do séc. XIX, com a implantação de forte industrialização, da democratização do poder político, da criação de novos padrões de vida e da miscigenação nos vários segmentos da sociedade. Este trabalho pretende mostrar que tal mudança foi insuficiente por não provocar uma revolução nos padrões sociais para a recuperação sócio-cultural de alguns setores das camadas menos favorecidas.

ABSTRACT

Formal education in Sorocaba was restricted to an elite which did not seem to care much about it. Such situation began to change by the end of the 19th century due to the urban growth, to the industrialization process, to the democratization of the political power, to the new patterns of life and to the miscegenation which took place in many areas of society. Although insufficient, since these changes did not manage to cause a revolution in social patterns, they helped the sociocultural recovery of certain less-favored social layers.

A primeira escola de Sorocaba foi fundada, em 1667, pelos padres beneditinos, com a finalidade de “dar aulas de latim e cantochão a todos os filhos dos moradores da vila que quisessem estudar uma e outra coisa.”¹ Mas, começou a funcionar somente “em algum ano anterior a 1728 e continuou até 1805, sendo o seu último professor frei Vicente Ferreira do Rosário.”²

Inconformada com seu fechamento, a Câmara Municipal reage e pede “diretamente ao Príncipe Dom João, Regente, a escola masculina régia, oficialmente instalada em 1815.”³ É a nossa primeira escola pública.

No ensino particular, dependendo do professor e da escola, com exceção dos internatos, a permanência do aluno em sala de aula variava de 3 a 5 horas. Geralmente, havia reduzido número de alunos em virtude de ser a cidade constituída, em sua grande maioria, por trabalhadores da indústria e do comércio. Independentemente disso, os professores procuravam manter certo ‘status’ e, sempre que podiam, reafirmavam a importância da escola e a sua finalidade. Aluísio de Almeida nos faz um saboroso retrato da época: “Qualquer escola particular, mesmo de grau primário e apenas externato, gostava de ser chamada de colégio. De modo que houve colégios grandes e pequenos, bons e sofríveis.”⁴ Afora a escola dos padres beneditinos, os dois externatos mais antigos pertenciam respectivamente, “em 1848 a dona Guilhermina Clotilde, e em 1859, ao prof. Toledo. Um outro, fundado em 1874, era o Colégio União Sorocabana, que funcionava em regime de internato para os dois sexos. Era professor dos meninos José Raimundo de Vasconcelos. O regime duro do internato levou, logo na metade do primeiro ano, metade dos alunos a fugirem. Os outros foram fugindo ao longo do ano. Em 1875, deixava de funcionar, por absoluta falta de alunos.”⁵ Em 1874, Eugênio Pilar França, fundava uma escola para meninos. “Era homem pobre a quem caiu a herança do riquíssimo Lázaro Freire. É de 1894 o externato Santa Clara, do casal Eugênio e Ângela de Moraes, à rua Padre Luiz. Já se acabava, o colégio São João (1894) de Maria

¹ ALMEIDA, Aluísio de. **História de Sorocaba**. Sorocaba: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 1969, p. 45.

² Id., ib., p. 61.

³ Id., ib., p. 166.

⁴ ALMEIDA, Aluísio de. **Diário de Sorocaba**, ano VIII, No. 2.217, 22/10/1965, p. 6.

⁵ Id., ib.

Gonçalves e Joana de Carvalho, à rua São Bento. E, em 1898, dona Garibaldina Pinheiro Machado abriu o Colégio São Paulo, no Largo do Rosário. A escola alemã é da década de 80. Imitação de São Paulo e outras cidades. Frederico Motbé chegou, em janeiro de 1887, e instalou, em 9 de fevereiro, a Escola Alemã, sob os auspícios do relojoeiro Frederico Schutz e outros. Então, o professor Emílio Cilis comunicou pelo 'Diário' que se apartou da Escola Alemã, fundando o colégio Teuto-Brasileiro, de ensino misto. Aceitava internos a 30\$000 por mês e externos a 5\$000. Em 1887, a primeira professora normalista de Sorocaba, Escolástica Rosa de Almeida, abria o seu externato, que durou pouco.⁶ Em 1872, apareceu em um jornal da cidade um curioso anúncio em que se diz, sem maiores detalhes, "que na Rua São Paulo, existe uma escola particular de instrução primária, regida pelo preto João, escravo de Joaquim Antonio Cardoso."⁷ É possível que essa escola, que provavelmente cobrava uma pequena mensalidade, se destinasse aos alunos mais carentes, em virtude da dificuldade que a camada pobre da população tinha para estudar.

A Educação Feminina

As mulheres, até o século XVIII, não sabiam ler nem escrever⁸. Viviam no interior de suas casas, cuidando dos filhos, dos escravos e dedicando-se ao trabalho doméstico.

Nos primeiros tempos de nossa colonização, as mulheres brancas eram raras e os governadores e padres atribuíam a esse fato a crescente mestiçagem e desmoralização dos povoadores.

As primeiras mulheres brancas que chegaram a Sorocaba foram Isabel de Proença, segunda mulher de Baltazar Fernandes, e suas filhas e enteadas, em 1.654.⁹ Vieram com Baltazar Fernandes outras mulheres, que faziam parte dos "370 administrados índios."¹⁰

Anteriormente, Nóbrega reclamara junto a El-Rei "a falta que nesta terra há de mulheres. Com quem os homens casem e vivam em serviço de nosso Senhor,

⁶ Id., Ib.

⁷ Jornal **Ipanema**, ano I, N° 02, 04/05/1872, p. 02.

⁸ ALMEIDA, Aluísio de. **História de Sorocaba**, 1589-1892 -, vol. I, 1951, p. 21

⁹ Id., ib., p. 29.

¹⁰ Id., ib., p. 29.

apartados dos pecados em que agora vivem.” E insistia para que fossem enviadas mulheres quaisquer que fossem os seus costumes.¹¹

Tanto a portuguesa quanto a natural estavam inseridas nas premissas importadas pelos colonos portugueses e aqui disseminadas através da reclusão familiar a que estavam sujeitas. Sua atividade consistia em viver “enclausurada em meio das mucamas, sentada no seu estrado a coser, a lavrar, a fazer renda e a rezar as orações: os bons costumes em que se resume a sua educação.”¹²

A tradicional organização familiar colonial sustentava-se sobre os resquícios das antigas organizações militares romanas, em que o chefe dispunha de ilimitados direitos sobre a mulher, os filhos, os escravos e todos que lhe estavam sujeitos. Treinadas para acostumar-se à sujeição, para a mulher não havia nenhuma diferença entre a submissão devida ao pai ou ao marido, pois ambos a oprimiam igualmente.¹³

Leda Maria Pereira Rodrigues, analisando essa situação, reflete que, “nem a preocupação da defesa do lar, nem o transplante de reivindicações públicas à gerência doméstica são fatores exclusivos ou mais importantes para explicarem a condição social da mulher no Brasil. A influência de Portugal, tal qual era, resguardando esposas e filhas, com zelo excessivo, e mesmo muitas vezes com severidade e ciúme, é que, transportada para a colônia, adaptando-se às condições do meio, sem contudo perder nada de seu rigorismo, melhor condiciona a situação da mulher brasileira. Aliás, essa mentalidade constituía uma tradição generalizada na Europa certamente mais acentuada na Península Ibérica, onde infiltrações de costumes árabes se demoraram durante oito séculos, deformando o conceito da valorização da mulher introduzida pelas concepções cristãs.”¹⁴

Assim como na Metrópole, a situação na Colônia não se diferenciava. A timidez e a incapacidade para determinada atitude assoberbavam as mulheres.

¹¹ NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil*, p. 133. Apud RODRIGUES, C.R., Leda Maria Pereira, *A instrução feminina em São Paulo*. Faculdade de Filosofia ‘Sedes Sapientiae’, PUC, SP, 1962, p. 30.

¹² CALMON, Pedro, - *História Social do Brasil* -, vol. I, Ed. Nacional, 1937, p. 94, citado por RODRIGUES C.R., Leda Maria Pereira, op. cit., p. 31.

¹³ MACHADO, Alcântara, *Vida e morte do bandeirante*. 2. ed., Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, SP, 1930, p. 155, citado por RODRIGUES, Leda Maria Pereira, op. cit., p. 31.

¹⁴ RODRIGUES, C.R., Leda Maria Pereira, op. cit., p. 32.

Saint-Hilaire, quando de suas andanças pelo Brasil, e de passagem por Sorocaba, foi hospedado por um dos “mais recomeáveis moradores da cidade - Rafael Tobias de Aguiar”, e lamenta, singularmente, o costume da época: “Eu travara conhecimento no Rio de Janeiro com Rafael Tobias e, quando me encontrava à pequena distância de Sorocaba, mandei um emissário prevení-lo de minha chegada. Teve ele a bondade de me arranjar uma bela casa, pela tarde enviou-me um excelente jantar e continuou a fazê-lo até o momento de minha partida da cidade. Eu teria ficado encantado, confesso-o, de tomar refeição em sua companhia; envergonhava-me de me aproveitar de uma hospitalidade tão amável, sem poder demonstrar a quem ma concedia que eu não era indigno de tal favor; parecia-me encontrar-me na situação de quem come na hospedaria, sem pagar. Todos os dias, de resto, eu me esforçava, na forma do possível, para avistar meu excelente hospedeiro, e dentro em pouco soube o motivo pelo qual o mesmo não me admitia em sua mesa - tinha ele por costume tomar as refeições em companhia de sua mãe e suas irmãs, e como estas senhoras não queriam aparecer a estranhos, não poderia receber-me.”¹⁵

A esse costume, vinculado a conceitos particulares de reclusão, acrescentava-se um outro, também, provindo da metrópole, mas aqui potencializado, de que “não ficava bem o exercício das artes, da escrita e leitura para o sexo feminino.”¹⁶

Embora o Humanismo da Renascença houvesse se insurgido contra o desca-so da educação feminina e tivesse tido algum sucesso na Itália, França e Inglaterra, o mesmo não aconteceu em Portugal. No Governo de D. Manuel, ocorrem, pela primeira vez, os saraus com a participação restrita de pouquíssimas mulheres. Transpostos para a Colônia, as apresentações literárias contavam com a presença de algumas damas.

Coube ao mestre quinhentista Gonçalo Trancoso reproduzir, através de sua obra, alguns conselhos da mentalidade portuguesa em relação à ação da mulher: “Afirmo que é bom aquele rifão que diz: a mulher honrada sempre deve ser calada. E algumas mestras de moças que são discretas, usam de manha para ensinar bem, dando-lhes búsios formosos que levam na boca quando se vão para casa, dizendo-lhes que lhes fazem os dentes alvos, e cheirar bem o bafo;

¹⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Martins, 1945, p. 255 e 256.

¹⁶ RODRIGUES, C.R., Leda Maria Pereira, op. cit., p. 32.

que os não tirem da boca até em casa. E às vezes lhes dizem que qual lhes achar um alfinete na rua, que lhe darão três novos por ele; que lho busquem com os olhos no chão, quando se forem, porque o achado é bom para elas. O qual fazem por que as moças não falem, nem alcem do chão quando forem pela rua, e se ensinem a não tomar brio de ver a ser vistas - o que a mim me parece muito bem.”¹⁷

É do mesmo mestre, ainda, o “Abecedário Social”, famoso na época, e escrito sob a forma de carta endereçada a uma dama: “Senhora. Agora me deram um recado da parte de Vossa Mercê, em que me pedia lhe mandasse um ABC feito de minha mão, que queria aprender a leer (sic) porque se acha triste quando vê senhoras de sua qualidade, que na igreja rezam por livros, e ela não. Folguo que deseje saber leer pera rezar por livros, que é bom; porém, já que não aprendeu na meninice em casa do senhor seu pai com suas irmãs, deve agora contentar-se com as contas (do rosário), pois não sabe leer, pois já é casada e passa de vinte anos de idade. Porém, se esta conselho não lhe parece bom ou se a não satisfaz, por obedecer a seu rogo lhe mando aqui com esta um ABC que Vossa Mercê aprenda de cor; o qual é que: A - quero dizer que seja amiga de sua casa; B - benquista da vizinhança; C - caridosa para com os pobres; D - devota da Virgem; E - entendida do seu ofício; F - firme na fé; G - guardadeira de sua fazenda; H - humilde a seu marido; I - inimiga de mexerico; L - lial; M - mansa; N - nobre; O - onesta; P - prudente; Q - quieta; R - regrada; S - sizuda; T - trabalhadeira; V - virtuosa; X - xã (simples); Z - zelosa da honra. Quando tiver tudo isto anexo a si, que lhe fique próprio, creia que sabe mais letras que todos os filósofos. Confio em Vossa Mercê que o experimentará e achará certo.”¹⁸

Na Província, em virtude de a maioria absoluta da população ser constituída por indígenas, “as primevas matronas paulistas conservavam peculiar linguar doméstico que mais as afastava da cultura.”¹⁹ O testemunho do Padre Vieira é significativo: “É certo que as famílias dos portugueses e índios de São Paulo estão ligadas hoje umas às outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender á escola.”²⁰ O governador Artur de Sá e

¹⁷ Id., ib., p. 33 e 34.

¹⁸ Id., ib., p. 34.

¹⁹ Id., ib., p. 36.

²⁰ HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 8. ed., São Paulo : José Olympio, 1975, p. 88.

Meneses, em sua exposição, declarava que “a maior parte daquela gente se não explica em outro idioma, e principalmente, o sexo feminino e todos os servos.”²¹

Em relatório de 1692, o governador Antonio Pais de Ande dizia que as mulheres paulistas eram “formosas e varonis e é costume ali deixarem seus maridos à sua disposição o governo das casas e fazenda” e que os “filhos primeiro sabem a língua do gentio do que a materna”²², ou seja, a portuguesa.

As mulheres eram as mais suscetíveis às mudanças, pois, “mais estreitamente vinculadas ao lar do que o homem, constituíam-se no elemento estabilizador e conservador por excelência, o grande custódio da tradição doméstica.”²³

Sérgio Buarque de Holanda, descrevendo esse quadro, sustenta que, “atraindo periodicamente para o sertão distante parte considerável da população masculina da capitania, o bandeirismo terá sido uma das causas indiretas do sistema quase matriarcal a que ficaram muitas vezes sujeitas as crianças antes da idade da doutrina e mesmo depois. Na rigorosa reclusão caseira, entre mulheres e serviçais, uns e outros igualmente ignorantes do idioma adventício, era o da terra que teria que constituir para elas o meio natural e mais ordinário de comunicação.”²⁴

Tanto nos inventários quanto nos documentos da época, a expressão “por ser mulher e não saber ler” é uma constante. Em nenhum dos documentos consultados por nós, referentes aos séculos XVII e XVIII, aparece a assinatura de qualquer mulher. No entanto, Aluísio de Almeida relata-nos que, “em 1724, pouco mais ou menos, ‘uma mulher de Sorocaba’ esculpiu em madeira a imagem do Bom Jesus que foi levada em canoa para Cuiabá” e que “no fim do século XVIII, senão antes, uma mulher anônima de Sorocaba esculpiu, também, em madeira o Senhor Morto.”²⁵ Eram versadas em arte, mas “nenhuma sabia ler.”²⁶

Até o começo do século XIX essa era a situação da mulher, que iria modificar-se, positivamente, com a chegada da família real ao Brasil. Se, inicialmente, a educação não atingira os objetivos desejados, aperfeiçoavam-se os requintes

²¹ Id., ib., p. 89.

²² Id., ib., p. 89

²³ Idem, Ibidem.

²⁴ Idem, Ibidem.

²⁵ ALMEIDA, Aluísio de. op. cit., p. 108.

²⁶ Id., ib., p. 21.

sociais, com algumas jovens e senhoras da elite participando de recepções e saraus, onde cantavam com arte e dançavam com graça.

Já em 1811, havia o Educandário de Santa Clara, que recebia meninas pensionistas, “que quisessem aprender as primeiras letras, aritmética ou religião, bem como bordados e costuras”.²⁷

Contrastando com a sociedade que caminhava, a bem da verdade, titubeante, rumo à escolarização da mulher, o atalho mais curto para a libertação da época colonial, o testemunho de estrangeiros torna-se importante fonte para a análise da formação feminina dentro do restrito ambiente do lar. Se para Debret, John Mawe, Gustavo Beyer, von Spix e von Martius²⁸ as mulheres eram agradáveis, joviais, alegres, com canto todo singelo e ingênuo, para Saint-Hilaire a impressão era outra.

No entanto, nenhum dos nossos visitantes notou na mulher, especialmente a paulista, qualquer interesse pela aprendizagem da leitura e da escrita, o que nos leva a concluir que, a par dos quase inexistentes meios para instruir-se, combinava com os costumes da época que tinham como inútil e até mesmo pernicioso o desenvolvimento intelectual do sexo feminino. Porém, cabe destacar que, se eram ignorantes e introvertidas, em contrapartida, muitas delas souberam gerir, com competência e clareza, os destinos econômicos de suas propriedades herdadas e persistir, com determinação, na educação de seus filhos.²⁹

Com a presença de D. João VI, no Brasil, intensifica-se e agiliza-se o processo de mudança social da Colônia. Até então, o ambiente provincial não favorecia o cultivo de hábitos mais refinados. A vida distante das fazendas, a urbanidade retraída e fechada dos habitantes, a restrição aos ambientes familiares determinavam a postura da sociedade. Aos poucos, a antiga senhora colonial vai transformando-se em dama de salão, ao cultivar “o gosto pelo convívio social, pelo contato mundano, pelas reuniões e partidas.”³⁰

²⁷ RODRIGUES, C.R., Leda Maria Pereira, op. cit., p. 59.

²⁸ DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo : Martins, 1940; MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Rio de Janeiro : Valverde, 1944; BEYER, Gustavo. **Impressões da viagem de Gustavo Beyer**. In TAUNAY, Afonso de E. **História colonial da cidade de São Paulo no século XIX**; VON SPIX, J.B., e VON MARTIUS, C.F.P. **Viagem pelo Brasil**. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1938, 2 v.

²⁹ RODRIGUES, C.R., Leda Maria Pereira, op. cit., p. 41.

³⁰ Id., *ib.*, p. 41.

A educação feminina seguirá os passos das mudanças sociais e com o passar do tempo, o ambiente mais polido, as transformações culturais, a formação intelectualizada exigirá da mulher o aprimoramento de suas maneiras e uma formação condizente com a importância de sua responsabilidade social.

A primeira escola feminina das 'primeiras letras', em Sorocaba, foi fundada em 1831 pela professora nomeada Joaquina Rosa de Vasconcellos, que tinha "cinquenta e nove matrículas, mas freqüência de vinte e oito."³¹ Anteriormente, entre 1808 e 1811, as irmãs "donas Manuela de Santa Clara e Rita de Santa Inês, filhas do alferes Francisco Xavier de Oliveira e Maria Custódia de Oliveira, faziam gestões junto ao governo do Príncipe Regente, D. João VI, e obtinham o "beneplácido de S.M.R. do reconhecimento do Recolhimento de Santa Clara, que iniciara suas atividades em 1811, com seis educandas."³² "O Recolhimento, contrastando com o costume da época, era pago, "fazendo-lhes seus pais as assistências necessárias, cuja assistência tem sido de 64\$000 anualmente, por cada uma."³³ Sem regras preestabelecidas, as educandas podiam sair "quando lhes conviesse sem embaraço algum" e era "regido segundo a vontade da Regente." Do currículo constavam as "primeiras Letras, doutrina Cristã e o trabalho em cozer e fiar."³⁴ Em 1822, viviam no Recolhimento 20 pessoas: 4 entre 15 e 20 anos e as outras com mais de 40 anos. Todas "descendiam de famílias tradicionais e abastadas."³⁵

As alunas que freqüentavam as escolas públicas, geralmente, já tinham algum conhecimento de leitura e escrita adquiridos em casa. "A educação prodigalizada então às jovens, nos lares, ainda nos mais tradicionais e abastados, consistia no aprendizado das boas maneiras e no conhecimento das primeiras letras, ministrados por professor, o mais das vezes não diplomado, que vinha às fazendas, ou às vivendas da cidade, ensinar os meninos da família. As meninas aproveitavam essas primeiras lições. Quando aqueles estavam aptos para seguir aulas de

³¹ Id., ib., p. 72. Para Aluísio de Almeida, a "primeira escola feminina de Sorocaba foi fundada pela mestra Vicentina Adelaide de Vasconcellos (Diário de Sorocaba, ano VIII, No. 2.144, 13/11/1965, p. 06. Segundo levantamento realizado por nós, Vicentina Adelaide de Vasconcellos iniciou-se no magistério, em 1834.

³² RODRIGUES, C. R., Leda Maria Pereira, op. cit. p. 55 e 56.

³³ Id., ib., p. 59.

³⁴ Id., ib., p. 59.

³⁵ Id., ib., p. 59.

latim, francês ou geometria, às jovens era dada por terminada a instrução. Além disso, algumas recebiam noções de música e aprendiam passos de dança e todas se esmeravam nas prendas domésticas.”³⁶ A preocupação maior era dar às filhas “uma educação completa de ‘dona de casa’ propriamente do que os rudimentos da leitura e escrita. Compreende-se, pois assim cultivavam o gosto artístico, através do trabalho de bordados finos, da música, do canto e da dança; formavam o espírito de apreço ao lar; e, com vida mais recatada, alimentavam no aconchego das próprias casas, pelos serões e partidas, os divertimentos e distrações mais apreciados daquela época.”³⁷

Nas camadas mais baixas da população o pensamento não diferia muito. A Constituição de 1827, em seu artigo 32, atribuía ao Estado o dever de dar ensino gratuito a infância, “atingindo, assim, as camadas inferiores da sociedade, mesmo as mais pobres. Portanto, o meio de que provinham as alunas, sendo destituído de qualquer instrução, não valorizava a freqüência às aulas de primeiras letras, apreciando apenas o ensino de prendas domésticas, o que aliás, com justa razão, era considerado um ornamento para a cultura feminina”³⁸. Em seu relatório ao inspetor, a professora Vicentina Adelaide de Vasconcellos “lastimava-se de que as alunas só freqüentavam a aulas nas horas em que se ensinavam os trabalhos de costuras e bordados.”³⁹ Por outro lado, “outras discípulas, apenas aprendidos os rudimentos de leitura e escrita, deixavam de freqüentá-las, visto as mães precisarem delas para os serviços caseiros e julgarem um luxo a jovem saber as quatro operações.”⁴⁰ Para os inspetores, o problema estava diretamente relacionado à desídia e à ignorância das mestras.⁴¹

Uma outra preocupação que assolava as professoras relacionava-se aos castigos aplicáveis às alunas. A Lei Nº 54, de 18 de março de 1836, modificara as anteriores, permitindo apenas “castigos moderados quando as penas morais fossem ineficazes.”⁴² Discordando dessas determinações, algumas professoras

³⁶ Id., ib., p. 165.

³⁷ Id., ib., p. 165.

³⁸ Id., ib., p. 73

³⁹ Id., ib., p. 76.

⁴⁰ Id., ib., p. 77.

⁴¹ Id., ib., p. 77.

⁴² Lei Nº 54 de 18 de março de 1836., citado por RODRIGUES, C.R., Leda Maria Pereira, op. cit., p. 75.

apelaram para o Presidente da Província, solicitando permissão para a aplicação de castigos corporais, obtendo como respostas que deveriam abster-se, “ainda que a Lei o permitisse, visto trata-se de escolas de meninas.”⁴³

O ensino primário feminino mantinha, em 1853, o mesmo currículo de 1827. Para as escolas com mais de 40 alunas, abria-se uma segunda cadeira que adicionava as noções gerais de história, geografia e música. Em 1853, o Inspetor de Distrito, Joaquim José Loureiro de Almeida, insistia na “urgente necessidade da abertura de uma segunda cadeira de primeiras letras para o sexo feminino. Criada essa segunda cadeira, por Lei Provincial Nº. 10, de 14 de abril de 1853, foi provida pela professora Maria Flora de Souza, que dentro em breve participava ao Inspetor Geral: ‘não houveram(sic) exames no ano passado porque os pais de família desta cidade entendem que não devem completar a educação de suas filhas dizendo que as não querem para professoras’. Esta escola, que destinava a ministrar noções um pouco mais adiantadas, teve tão pouco desenvolvimento que, em 1856, na sua breve exposição sobre a instrução pública em Sorocaba, o Inspetor refere que das duas aulas de primeiras letras para o sexo feminino, ‘uma infelizmente em ruim ocasião, e no presente é unicamente a primeira cadeira regida por Vicentina Adelaide de Vasconcellos que verdadeiramente posso dizer que está funcionando’. Nenhuma aluna aprende história e geografia ‘porque os pais não consentem e na segunda cadeira para leitura há apenas algumas cartas e traslados inçados de erros’ e mesmo algumas meninas não aprendiam a escrever ‘por que os pais se negaram à módica despesa de compra de papel’. Continuava como que empenhada a mentalidade da época em desvalorizar a instrução, principalmente em se tratando do ambiente mais modesto ao qual pertenciam as alunas das escolas públicas.”⁴⁴

A insistente deficiência do ensino público levou o Governo Regencial, em 1831, a exigir que as municipalidades procurassem nomear para inspetores “homens de adequada inteligência na matéria, conhecido patriotismo, que velando sobre o estado das aulas, método seguido, conduta dos Mestres e aproveitamento dos Discípulos, dêem às sobreditas municipalidades, exatas e amiudadas contas do que forem notando, para se providenciar a respeito.”⁴⁵ Complementado

⁴³ Comunicado de 28 de maio de 1836, citado por RODRIGUES, C.R., Leda Maria Pereira, op. cit., p. 75.

⁴⁴ Idem, p. 79.

⁴⁵ Ordem da Regência de 02 de setembro de 1831, citado por RODRIGUES, C.R., Leda Maria Pereira, op. cit., p. 73.

as instruções, o Presidente da Província Rafael Tobias de Aguiar remetia às edilidades as obrigações dos mestres conforme a Lei de 06 de novembro de 1772, Provisão de 05 de abril de 1811 e Carta de Lei de 15 de outubro de 1827. Deveriam comprometer-se a ensinar a ler e escrever, a realizar pelo menos “as quatro espécies de Aritmética simples, a Gramática da Língua Nacional e os princípios da Moral Cristã. Os que foram, posteriormente, tanto mestres como mestras obrigar-se-iam a ensinar matérias ‘constante do artigo 6, sendo as horas de ensino duas de manhã e duas a tarde’. As férias ficaram estabelecidas do dia 1º de dezembro até 06 de janeiro. Além disso, seriam dias feriados: ‘de Domingo de Ramos até o dia dos Prazeres; quatro dias pelo entrudo; os que por Lei são de Festa Nacional a saber: 25 de março, 07 de abril, 03 de maio, 07 de setembro e 02 de dezembro e todas as quintas-feiras de cada semana, não havendo dias santos e feriados’.”⁴⁶

Na década de 1849 a “profa. Januária de Oliveira Simas inicia-se no magistério, dando aulas à Rua das Flores.”⁴⁷ Devido a “falta de aspirantes ao magistério” o Estado tomou a iniciativa de recrutar nos orfanatos as futuras professoras das primeiras letras. O Regulamento de 7 de setembro de 1845 estabelecia, em seu artigo 22, “que a órfã educanda que tivesse completado 18 anos e não tivesse sido solicitada para casamento nem tivesse querido sujeitar-se à servidão em casa de famílias honestas e capazes, seria provida na primeira cadeira de primeiras letras para o ensino de meninas, que se vagasse na Província, independentemente de exame estabelecido por lei para tais provimentos.”⁴⁸ Preconceituoso sob todas as formas, esse Regimento foi revogado, dois anos depois, pela Lei Nº 5, de 16 de fevereiro de 1847, e criava no Seminário das Educandas um curso normal destinado “tanto às educandas como às pessoas do mesmo sexo que desejassem ser professoras. As disciplinas eram as seguintes: Gramática da língua nacional; Aritmética teórica e prática, até as 4 operações; Princípios da doutrina Cristã, Língua francesa, Música vocal e instrumental. Deixavam de constar as disciplinas relacionadas com a técnica de ensino, como se as mesmas não fossem importantes para as mulheres.”⁴⁹ Em 1856, a Lei Nº 31, de 07 de maio, suprimiu a Escola Normal, que nunca existiu a não

⁴⁶ RODRIGUES, C.R., Leda Maria Pereira, op. cit., p. 74 e 75.

⁴⁷ Id., ib., p. 75

⁴⁸ RODRIGUES, João L., op. cit., p. 33.

⁴⁹ Id., ib., p. 33.

ser no papel e determinou que as educandas do Seminário, que não servissem para o magistério, “fossem empregadas como criadas graves em casas de família honesta, sob pena de aos 25 anos serem despedidas do Seminário.”⁵⁰ Em 1870, a Lei Nº 71, de 10 de abril, “revogou a anterior, que obrigava as educandas a empregar-se como criadas em casa de família e mandou provê-las em escolas vagas.”⁵¹

Com a reestruturação do ensino, através da Lei Nº 52, de 21 de abril de 1875, é introduzida na Escola Normal “uma seção de ensino para as moças. À mulher casada dispensavam-se condições de idade, limitada ao mínimo de 18 anos.” Até então, a procura pela Escola Normal sempre fora pequena por parte das mulheres em função do desprestígio dos professores. “Primeiramente era o magistério a única e exclusiva carreira que se abria, além das pequeninas indústrias caseiras muito mal retribuídas. Por isso, muitas professoras, necessitando de ordenados mais elevados para a sua subsistência, pois provinham de classes sem recursos, aventuravam-se na regência de cadeiras, sem acentuada vocação pela profissão, desvirtuando o ideal de educar a mocidade em monótona rotina de transmissão de elementares conhecimentos mal assimilados. Além do mais, o pouco interesse que despertava o ensino para o sexo feminino certamente atingia as professoras que a ele se consagravam. O arraigado preconceito que induzia a ver um perigo na instrução da mulher, - e a esse motivo atribuía o inspetor a inferioridade do número de meninas que freqüentavam as escolas relativamente ao dos meninos - e a falta de compreensão das famílias, que não se compenetravam ‘de quão profícua é a instrução elementar até na sua aplicação ao sexo feminino’ certamente refletiam-se nas mestras, desmerecendo-as ainda mais no exercício de suas funções. Não valorizando a profissão, não valorizando nem o indivíduo que a praticava, nem o seu padrão de vida. Quanto à baixa remuneração dos professores, vinha de longe o problema.”⁵²

O ensino particular das meninas, que pertenciam às famílias mais abastadas, era realizado, geralmente, por uma professora estrangeira e restringia-se ao ensino do alemão (a segunda língua estrangeira mais procurada na época) e do português. Independentemente, as primeiras escolas particulares que funcionaram em Sorocaba, eram “poucas, pequenas e modestas”. Até 1845, reinava o

⁵⁰ Id., ib., p. 34.

⁵¹ Id., ib., p. 34 e 35.

⁵² Id., ib., p. 108 e 109.

mais completo caos no ensino particular. Com a finalidade de colocar alguma ordem no sistema, foi editada a Lei Nº 34, de março de 1846, que restringia a autorização de “abertura de escolas particulares as condições do ensino das matérias previstas para as aulas públicas e que o impetrante apresentasse documento legal em que comprovasse bons costumes e, caso fosse estrangeiro, deveria pronunciar corretamente a língua nacional e provar que tinha conhecimento da gramática das mesmas.”⁵³ Estas determinações seriam complementadas, mais tarde, subordinando as escolas particulares às mesmas diretrizes das escolas públicas ficando o “professor constrangido a fechá-la quando lhe faltasse moralidade e aptidão para o ensino.”⁵⁴ Entretanto, os dispositivos das leis nunca foram cumpridos, como atesta o relatório do Inspetor de Instrução, Diogo de Mendonça Pinto: “abre um indivíduo uma aula, não requer para isso prévia licença desta Repartição, não manifesta a ninguém sua idoneidade e não apresenta as relações trimestrais de alunos, nem por mera cerimônia dá aviso do fato ao Inspetor do Distrito e este, prefere cerrar o olhos e nos mapas não contempla tais aulas e escolas.”⁵⁵

Em 1862, a Inspetoria de Instrução exigia que, para prover as cadeiras das escolas particulares, os professores deveriam submeter-se a exames de suficiência.⁵⁶

As escolas particulares funcionavam “quase sempre na própria casa das professoras e mantinham algumas alunas internas. Nessa situação estava o Colégio de Nossa Senhora da Conceição, dirigido por D. Guilhermina Glotilde da Cunha e Silva e instalado em 07 de janeiro de 1848, na Rua das Flores, em Sorocaba. O prospecto dessa instituição era um bonito impresso, muito convidativo e apresentava a possibilidade de 3 tipos de classes de educandas: internas, externas e semi-internas. As internas pagavam por mês 15\$000, sendo incluído ‘almoço, jantar, merenda, roupa lavada e engomada’; e as semi-internas 8\$000. Aquelas deveriam trazer: leito com colchão, roupa de cama, bacia, escovas de roupa, cabelo e dentes, pentes, bastidor, toalhas de mão, uma cadeira pequena e também um baú para guardar roupa. O programa se particula-

⁵³ Artigos 5º e 9º da Lei de 16 de março de 1846. Leis da Província, citado por RODRIGUES, C.R., Leda Maria Pereira, op. cit., p. 170.

⁵⁴ Lei nº 24, de 02 de junho de 1850.

⁵⁵ Relatório de 1853 do Inspetor Geral de Instrução Pública, idem.

⁵⁶ Relatório de 1862 do Inspetor Geral de Instrução Pública, idem, p. 171

rizava em espécies de trabalhos manuais: 'renda de agulha de meia, costura, marcar, bordar a branco, matiz, prata, cabelo, missanga, froque; fazer flores de lã, seda, vidrilho e fazer pulseiras, colares, anéis do mesmo.' Depois dessa apresentação persuasiva de variedades de 'prendas domésticas', a Diretora mandava imprimir: 'As alunas também aprendem a ler, escrever e contar.' Havia aulas de francês e de piano, mas eram extraordinárias. As contribuições mensais pagas pelas alunas variavam de acordo com as aulas seguidas: costurar, marcar, ler, escrever e contar: 2\$400; bordar a matiz, froque, ouro, prata, fazer flores, ler, escrever e contar: 3\$000 e somente ler, escrever e contar: 1\$000. Por aula diária de Francês contribuição mensal de 4\$000 e \$500 por lição de piano. No mapa de freqüência enviado ao Inspetor, em abril de 1849, assinado por D. Guilhermina Grotilde da Cunha e Silva, consta a relação de uma aluna interna, 25 externas e semi-internas, variando as idades de 5 a 10 anos. Tal Colégio fechou em 1853. Assim, como outra escola privada de D. Zeferina do Coração de Jesus, aberta em 1850."⁵⁷

O Inspetor Distrital atribuía o fechamento dessas escolas à abertura da 2ª cadeira: "depois de diminuir muito o número de alunos, as escolas decaem."⁵⁸ Em 1868, em ofício ao Inspetor de Instrução Pública, a professora de primeiras letras, Maria Flora de Souza comunicava que tinha sido aberto um colégio de meninas instituído e dirigido por D. Gertrudes de Almeida Pillar. O professor de primeiras letras e de Francês (aula extraordinária) foi o Dr. Ubaldino do Amaral Fontoura e suas irmãs D. Maria Gertrudes e D. Narciza eram, respectivamente, as mestras de música, de prendas domésticas e dança; havia 11 alunas, sendo 5 internas e 6 externas e o estabelecimento se intitulava Colégio de Nossa Senhora Aparecida de Sorocaba."⁵⁹

Até os anos 80, as professoras que lecionavam na cidade, eram originárias de outras localidades e, assim, como os professores, permaneciam pouco tempo. Como já mencionamos anteriormente, a primeira professora normalista de Sorocaba foi Escolástica Rosa de Almeida, que se formou em 1886, pela Escola Normal Caetano de Campos. Em 1874, era fundado o Colégio União Sorocabano para ambos os sexos, mas já em 1875 continuou só com a seção

⁵⁷ RODRIGUES, Leda Maria Pereira, op. cit., p. 181 e 172.

⁵⁸ Relatório do Inspetor de Distrito, citado por RODRIGUES, C.R., Leda Maria Pereira, op. cit., p. 172.

⁵⁹ RODRIGUES, C.R., Leda Maria Pereira, op. cit., p. 172.

feminina, dirigido pelas professoras norte-americanas H. Wullul e Anna Wilk. Em 1874, a escola de primeiras letras e música funcionava junto à escola presbiteriana, tomando conta das meninas a senhora do Rev. Antonio Pedro Cerqueira Leite.⁶⁰ Em 1883, “havia três cadeiras femininas, sendo titulares, dona Gertrudes P. de Almeida Melo, Zulmira Ferreira Vale e Adelia Carolina da Silva Abreu.”⁶¹ Em 1886, funcionava o “Colégio Feminino Coração de Jesus, dirigido por uma professora baiana, dona Brasilia Dutra e Silva. Em 1887, Emilio Cilis fazia saber pelos jornais que fundara o Colégio Teuto-Brasileiro, do qual constavam as seguintes matérias: português (gramática e conversação), alemão (idem), contas teóricas e práticas, caligrafia alemã e portuguesa, geografia e história e canto. Inseriu novas matérias: piano, trabalho de agulhas e francês (por uma professora). Em 1889 aparece a professora belga, dona Maria Emilia Jacob Neuberth, que coloca no jornal *Diario de Sorocaba*, de 28 de dezembro de 1890, o seguinte anúncio: ‘Colégio Neuberth. Externato e internato para meninas, dirigido por dona Marie Emilie Jacob Neuberth, rua de São Bento, n.o 12. A diretora, habilitada nos mais aperfeiçoados métodos de ensino, comunica às Exmas. Famílias que, visto o grande número de alunas, mudou-se para rua de São Bento no sobrado do sr. Francisco Fernandes Prestes. Comunica também aos interessados que o seu colégio reabrir-se-á no dia 7 de janeiro próximo futuro e que as aulas funcionam de manhã às 3 horas da tarde. O mais escrupuloso cuidado na educação de suas alunas é o que afiança a Diretora àqueles que honrarem com a sua confiança. Matérias do ensino: curso primário: leitura, cálculo mental, gramática portuguesa, doutrina cristã e português (de certo era linguagem). Curso Secundário: francês, alemão, geografia, aritmética, história Sagrada, pátria e Universal. Pensão por mês para internas e externas (preço das aulas). Curso primário: 4\$000; curso secundário: 6\$000; piano: 5\$000. Internas por trimestre com piano: 90\$000. Roupas lavadas por mês: 4\$000. N.B. Recomenda-se particularmente o dito colégio pela facilidade com que as alunas aprendem em pouco tempo não só escrever, como traduzir, falar corretamente o francês e o alemão em razão a boa teoria e grande prática.’ Este pequeno colégio acabou, creio, em 1892.”⁶² Em 01 de fevereiro de 1908, era inaugurado o

⁶⁰ ALMEIDA, Aluísio de, *Jornal Diário de Sorocaba*, ano VIII, N° 2.127, 22/10/1965, p. 06

⁶¹ Idem, N° 2.144, 13/11/1965, p. 06.

⁶² Idem, N° 2.127, 22/10/1965, p. 06.

internato das freiras Beneditinas Missionárias de Tulzig. Em 1919, as mesmas freiras abriam o Externato de São Miguel, gratuito, para moças operárias consideradas, naquela época, pobres e, de fato, o eram. Aprendiam prendas domésticas e alfabetizavam-se.”⁶³

A elite sorocabana freqüentou a escola particular até 1896, quando da inauguração do primeiro Grupo Escolar. Eram seu alunos “Américo Brasiliense de Almeida Melo, que se tornaria governador de São Paulo, após fundar o partido Republicano, seguido de Américo Antonio Aires, que se bacharelou pela Faculdade de Direito de São Paulo, por Elias Aires do Amaral Junior, irmão daquele, ficou fazendeiro, residindo aqui em Sorocaba. Alunos de famílias ricas como essas e mais José Francisco Correa Neto, filho do coronel João Batista Correa chefe político conservador e até de gente mediana e do povo como o Matias, filho do alemão Matias Hoff e José de Oliveira, filho de José Francisco de Oliveira.”⁶⁴

Vivendo com dificuldades, devido ao inexpressivo número de alunos, esses professores migram para o ensino público em 1896.⁶⁵ Embora os salários não fossem convidativos, algumas vantagens proporcionadas pelo Estado os atraíram. Assim, seus antigos alunos, também, serão atraídos para o ensino público. Criada para atender às necessidades da classe mais baixa, a escola terá as suas funções totalmente desvirtuadas, sendo a maioria das vagas ocupada pelos ‘filhos das ricas famílias’ em detrimento dos menos favorecidos. Tal fato pode ser comprovado, através de uma análise mais detalhada da listagem dos alunos que prestaram exame no final do ano. São alguns exemplos: “Maria Fleuri, Florisa Oliveira, Angelina Grohmann, Julieta Gouveia, Isidoro Marins, José Bertoloni, Renato Mascarenhas, Simão Guariglia, Ermelinda Neves, Genésio Machado, José Barbosa, Raul Silva, Francisco Rizzo, Bernardino Padilha, Ines Fogaça, Lucinda Braga, Alzira Almeida, Renato Sandoval, Abner Rodrigues Pacheco, Ana Rogick, Georgina Aquino, Maria Marins, Elizena Valio, Corina Costa.”⁶⁶

⁶³ Idem, Nº 2.151, 22/11/1965, p. 06.

⁶⁴ Idem, **Cruzeiro do Sul**, ano LXXI, Nº 18.421, 30/01/1969, p. 05.

⁶⁵ Aluísio de Almeida considera “interessante notar que alguns professores como por exemplo, Genésio Machado, tinham uma cadeira e escolas.” *Diário de Sorocaba*, ano VIII, Nº 2.1142, 11/11/1965, p. 03.

⁶⁶ Idem, **Diário de Sorocaba**, nº VIII, No. 2.157, 30/11/1965, p. 06.

A escola secundária surgiu em Sorocaba, em fins do século XVIII, e era “muito limitada. Chamava-se escola de latim e seus primeiros mestres foram os padres José Gonçalves de Godoi e José Norberto de Oliveira. Em 1847, passou a chamar-se de francês e latim e Francisco de Paula Xavier de Toledo⁶⁷ o seu único professor.”⁶⁸ Em 1860, chegava à cidade o prof. Luiz Augusto de Vasconcelos, para ocupar “a cadeira de segundo grau.” Frequentada por restrito número de alunos, essas escolas tinham efêmera duração. Para Aluísio de

⁶⁷ "O Prof. Francisco de Paula Xavier de Toledo não é sorocabano. Veio já moço a Sorocaba, onde vem reger a escola de francês e latim. E casa-se na família Mascarenhas. Passam-se os anos, de repente, o Prof. Toledo enjoa daquela vida monótona de ensinar e transfere-se para a fazenda do sogro, no lugar denominado Lajeado. Aposentou-se. Mas, a sua casa era a casa que todos procuravam: os letrados e os ricos, para lhe ouvirem as lições de homem instruído, e os pobres para lhe pedirem remédios. Sim, ele curava, o prof. Toledo, e o fez até os últimos dias de sua vida, quando, já alquebrado da idade e o sofrimento, voltando de ver um dos doentes, foi encontrado caído ao lado da estrada e não mais se restabeleceu. Sofrimento, sim. E é isso que faz do prof. Toledo um herói simpático a despertar interesse amigo até aos leitores que não o conhecem. Era humano esse lutador que passou pela vida distribuindo a ciência e o bem, e morreu pobre! Nele, o maior peso da Cruz de Cristo que coube e tocou em sorte foi a permanente falta de dinheiro. Aliás, é o destino dos que se dedicam às coisas espirituais e obedecem às sem-razão do coração. Sob a fisionomia bondosa do velho prof. Toledo, se ocultava a contrariedade de viver em deficit, com uma família de fina educação e tradição a manter. Era a sua casa um hotel de pobres e ricos. Parentes e amigos de São Paulo e Rio de Janeiro inventavam tomar ares ou fazer caçadas de perdizes no Lajeado e o prof. Toledo os hospedava com aquela finura e gosto como os antigos. Havia sempre convivas naquela grande mesa, a cuja cabeceira o prof. Toledo, de gorro na cabeça, mantinha a direção das mais gratas conversas que imaginar se possa. Um dia, um professor ali apareceu a ensinar no Jundiacanga: chamava-se Pedro de Toledo; era um entusiasta menos das aulas que das caçadas e festanças. De normalista fez-se doutor, deputado, embaixador, governador de São Paulo. Católico firme e convicto. Do exílio em terras da mãe pátria portuguesa, o sobrinho do prof. Toledo escreveu uma evocação belíssima da figura do diretor do Lajeado, esfumada nas brumas do passado. Estes dados e redação principal me foram fornecidos pelo prof. João Lourenço Rodrigues, grande pedagogo e escritor já falecido." ALMEIDA, Aluísio de, *Jornal Cruzeiro do Sul*, ano LXVII, Nº 18.705, 28/11/1969, p. 07.

⁶⁸ Id., ano LXXVI, Nº 21.571, 16/09/1979, p. 32.

Almeida “é incrível como se pensava, então, em matéria de ensino. As cidades queriam ter o seu latinista. A aula de latim e francês era freqüentada por meia dúzia de rapazes. Contanto que houvesse aula do governo. Por isso, das 14 aulas da província, logo ficaram só quatro, tendo o governo fechado as outras. Não a de Sorocaba, sempre cheia de alunos como Américo Brasiliense, Moreira da Silva e José Rubino de Oliveira. Mas para o latinista se matricular nas academias tinha de estudar por fora e fazer exame quanto às outras matérias. E o resultado era fechar de uma vez essas quatro. Luiz Augusto foi o segundo e último professor público de latim e francês.”⁶⁹ Com relação ao Liceu Sorocabano, Aluísio de Almeida diz que “que se tornara lendário e a que os velhos por mim consultados se referiam com orgulho; era, entretanto, uma instituição modesta, se a compararmos com as de hoje. Segundo a época, as línguas tinham mais valor que as ciências. Latim, francês, inglês e português eram as matérias principais. O liceu funcionava num só salão, no primeiro ano, no sobradão do cel. Francisco Ferreira Prestes. E o professor era, como numa escola isolada, um só, o diretor. A Câmara é que pagava, de modo a ser uma escola municipal gratuita. Em 1890 aumentava a instalação do mesmo Liceu em uma das salas do prédio nº 12, sito na Rua São Bento. Desde o começo havia aulas de alfabetização de adultos e de menores juntos, suponho que com outro professor. A escola de grau secundário durou pouco. O Liceu fechara suas portas em 1891.”⁷⁰ O ensino estadual, que existia, tinha estrutura caótica e, além de efêmero, dava claras amostras de sua deficiência e insuficiência ao não conseguir atender a clientela em idade escolar que o procurava. A criação do Liceu era uma tentativa da municipalidade de organizar o ensino público. No entanto, o seu funcionamento foi prejudicado pela febre amarela que assolou a cidade e mudou completamente a vida da mesma, a partir de 1891.

Em 1909, surge o Ginásio Sorocabano, de propriedade do Dr. Cesar Lacerda Vergueiro, que faz anunciar no *Cruzeiro do Sul*: ‘A diretoria deste estabelecimento de instrução secundária, equiparado ao Ginásio Nacional, por decreto de 29 de março de 1909, comunica aos srs. interessados estar aberta até 17 do corrente, a inscrição para os exames de admissão ao curso ginásial, encerrando-se também, nessa data a matrícula para o curso preliminar. Os referidos exames de admissão começarão a 19 do corrente.

⁶⁹ Id., *Diário de Sorocaba*, ano VIII, Nº 2.140, 09/11/1965, p. 06.

⁷⁰ Id., *ib.*, p. 06

Preços:

- curso preliminar	20\$000
- 1º e 2º anos ginasiais	25\$000
- 3º e 4º anos ginasiais	30\$000

Internatos (semestre)

- curso preliminar	400\$000
- 1º e 2º anos ginasiais	450\$000
- 3º e 4º anos ginasiais	500\$000

Os alunos matriculados durante o presente ano ficam dispensados do pagamento de jóia. Os requerimentos para admissão devem ser apresentados ao dr. Diretor até o dia 17 de corrente e acompanhados dos seguintes documentos:

- a) certidão de idade ou documento equivalente;
- b) certidão de vacina ou revacinação;
- c) certidão de não sofrer o candidato de moléstia contagiosa ou infecto-contagiosa.

Os diplomas de Bacharel em Ciências e Letras conferidos pelo Ginásio Sorocabano dão direito à matrícula em qualquer dos cursos superiores da República, como sejam os de Direito, Medicina, da Escola Politécnica, Farmácia e Odontologia, etc. Para mais informação, com o dr. Antonio Augusto Covello, no Ginásio Sorocabano, a rua do Comércio, 40, antigo Club União.⁷¹

No mesmo ano de 1909, a Prefeitura editava a Lei Nº 83, com a finalidade de subvencionar essa escola. Dizia a Lei:

Art. 1. - fica concedido ao Ginásio Sorocabano, dirigido pelo Sr. Dr. Cesar Lacerda Padilha uma subvenção de 10 anos, no valor de 27.600\$000, distribuído anualmente;

Art. 2. - o ginásio fica dispensado, pelo dito prazo de 10 anos de todos os impostos cabíveis ao fisco, inclusive taxa de água e esgotos;

Art. 3. - o Ginásio compromete-se a ter durante os dez anos, gratuitamente, seis alunos externos reconhecidamente pobres, indicados pela Prefeitura.⁷²

⁷¹ Jornal **Cruzeiro do Sul**, ano VI, Nº 900, 06/04/1909, p.03.

⁷² Lei Municipal Nº 83 de 15/06/1909, publicada pelo Jornal **Cruzeiro do Sul**, ano VII, Nº 975, 09/07/1909, p. 02.

O interesse da Prefeitura Municipal em ajudar uma escola particular explica-se pelo fato de o Prefeito de então, cap. João Clímaco de Camargo Pires, pertencer a mesma oligarquia de seu proprietário que, por sua vez, era, ele próprio, um Vergueiro. A escola encerrou suas atividades em 1911, por falta de alunos⁷³.

Em 1909, as freiras beneditinas, do Colégio Santa Escolástica, introduzem no currículo do primeiro grau algumas disciplinas do segundo grau. Os cursos secundário e ginásial só podiam funcionar com a aprovação do Estado. Diante dessa situação anacrônica e premida pela sociedade que exigia para seus filhos o ensino de segundo grau e o ginásio, a direção do único grupo escolar, cria, clandestinamente, os dois cursos que funcionaram ilegalmente até 1929, quando, finalmente, o Presidente do Estado de São Paulo Júlio Prestes de Albuquerque os reconhece⁷⁴.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, A. de. **História de Sorocaba**. Sorocaba: Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 1949.
2. ___, **Jornal Diário de Sorocaba**. Ano VIII, n. 2217, 20/10/1965.
3. ___, **Ib.** Ano VIII, n. 2219, 22/10/1965.
4. ___, **Ib.** Ano VIII, n. 2144, 13/11/1965.
5. ___, **Jornal Cruzeiro do Sul**. Ano LXXVI, n. 21.571, 16/09/1979.
6. CALMON, Pedro. **História social do Brasil**. São Paulo: Nacional 1937.
7. DEBRET, J.B. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Martins, 1940.
8. MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Rio de Janeiro: Valverde, 1944
9. RODRIGUES, C.R. e PEREIRA, Leda Maria. **A instrução feminina em São Paulo**. São Paulo: PUC, 1962.
10. SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Martins, 1945

⁷³ ALMEIDA, Aluísio, **Jornal Cruzeiro do Sul**, ano LXXVI, Nº 21.571, 16/09/1979, p. 32.

⁷⁴ Id., **ib.**, p. 32.